

Lei Ordinária nº 946/1993

Dispõe sobre a estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Camapuã e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul: Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Publicada em 04 de janeiro de 1993

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art. 1°. Esta Lei institui a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Camapuã.
- **Art. 2°. -** Estrutura Administrativa, para efeito desta Lei, é o resultado do trabalho de organização que busca dividir, claramente, limites de autoridade e responsabilidade; caracterizar relações de subordinação e orientar a alocação dos recursos financeiros, humanos e materiais.
- Art. 3°. Para efeito desta Lei, conceitua-se como:
- I planejar: formular as políticas públicas municipais e estabelecer os objetivos, as diretrizes, as alternativas, os meios e os instrumentos operacionais mais adequados à realização de um trabalho;
- II comandar: dar as ordens, principalmente por intermédio de instruções, ordens de serviços, portarias e outros atos semelhantes;
- III executar: realizar o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades;
- **IV -** coordenar: harmonizar a ação dos diversos órgãos serviços e atividades da organização, a fim de alcançar os objetivos desejados;
- **V** controlar: verificar se as ordens foram cumpridas.

TÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO E DA ESTRUTURA

Capítulo I - Da Organização

Art. 4°. - A organização dos serviços que compõem a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Camapuã, será regida pelas normas dispostas nesta Lei.

Capítulo II - Da Estrutura Administrativa

- **Art. 5°. -** A Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Camapuã será composta dos órgãos seguintes, diretamente subordinados ao Chefe do Executivo:
- I Órgãos de Colaboração com o Governo Federal:
- a) Junta do Serviço Militar
- b) Unidade Municipal de Cadastro
- II Órgãos de Assistência Direta e Imediata:
- a) Gabinete do Prefeito
- b) Coordenadoria de Planejamento
- c) Assessoria Jurídica
- d) Assessoria de Imprensa
- e) Supervisão Distrital
- III Órgão Colegiado
- a) Conselho Municipal de Saúde
- IV Órgão de Administração Geral
- a) Secretaria de Administração e Fazenda
- V Órgãos de Administração Específica
- a) Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos
- b) Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
- c) Secretaria de Promoção Social e Saúde

TÍTULO III - DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS Capítulo I -

Dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Prefeito

- **Art. 6°. -** Ao Gabinete do Prefeito compete assessorar e coordenar os contatos e relacionamentos com autoridades, munícipes e organizações, encaminhando-as ao Prefeito ou órgãos competentes para trato, solução a reivindicações ou consultas e executar outras atribuições pertinentes à Chefia de gabinete.
- **Art. 7°. -** Á Coordenadoria de Planejamento compete dirigir, planejar, supervisionar, coordenar, controlar, orientar, promover, assegurar, centralizar e documentar as funções e atividades do sistema de planejamento e afins, compreendendo programação, orçamentação, métodos, processamento de dados, informações técnicas e cadastro técnico municipal, elaboração dos planos de desenvolvimento do Município, integrando seus aspectos físicos, econômicos e sociais, estudo dos assuntos pertinentes a

esses planos e a sua atualização e assessorar o Prefeito nos atos e decisões relacionados ao planejamento.

- **Art. 8°. -** À Assessoria Jurídica compete exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo.
- **Art. 9°. -** À Assessoria de Imprensa compete produzir reportagens e redigir artigos sobre atividades da Prefeitura, veiculando-os nos órgãos de imprensa locais e regionais, após aprovação do Prefeito e executar outras atribuições pertinentes a assuntos de imprensa.
- **Art. 10 -** As Supervisões Distritais são órgãos de desconcentração territorial, encarregados de representar a Administração Municipal nos Distritos, verificando os problemas junto à comunidade e encaminhando-os ao Chefe do Executivo.

Capítulo II - Do Órgão Colegiado

Seção - Do Conselho Municipal de Saúde

- **Art. 11 -** O Conselho Municipal de Saúde, vinculado à Secretaria Municipal de Promoção Social e Saúde, é órgão deliberativo, de caráter permanente, do Sistema Único de Saúde SUS, no âmbito municipal, cujas decisões são proferidas de forma coletiva.
- **Art. 12 -** A Secretaria Municipal de Promoção Social e Saúde é o órgão gestor de saúde do Município, cabendo ao seu maior dirigente a presidência do Conselho referido no artigo anterior.

Capítulo III - Do Órgão de Administração Geral

Art. 13 - À Secretaria de Administração e Fazenda compete exercer as atividades relacionadas a pessoal, suprimento de materiais, compras, serviços gerais, transportes, zeladoria, portaria, patrimônio, documentação, arquivo e comunicações administrativas, bem como, administração financeira, contábil e tributária necessárias ao funcionamento da Prefeitura.

Parágrafo único. - A Secretaria de Administração e Fazenda desenvolverá suas atividades através dos seguintes órgãos:

- I Departamento Administrativo;
- II Departamento Fazendário.

Capítulo IV - Dos Órgãos de Administração Específica

Art. 14 - À Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos compete planejar, comandar, executar, coordenar e controlar as realizações de obras e serviços públicos que contribuam para o desenvolvimento do Município e para a melhoria das condições de vida da população, observadas as áreas privativas da União ou Estado.

Parágrafo único. - A Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos desenvolverá suas atividades através dos seguintes órgãos:

- I Departamento de Obras e Serviços Públicos;
- II Departamento de Estradas de Rodagem.
- **Art. 15 -** À Secretaria de Educação, Cultura e Esportes compete planejar, comandar, executar, coordenar e controlar as atividades pertinentes à Secretaria, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e á sua qualificação para o trabalho, garantindo a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, estadual e municipal, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais, promovendo, estimulando, orientando e apoiando a prática e a difusão da educação física e do desporto, formal e não-formal, observando as normas federais e estaduais.

Parágrafo único. - A Secretaria de Educação, Cultura e Esportes desenvolverá suas atividades através dos seguintes órgãos:

- I Departamento de Educação e Cultura;
- II Departamento de Esporte e Lazer.
- **Art. 16 -** À Secretaria de Promoção Social e Saúde compete planejar, comandar, executar, coordenar e controlar as atividades pertinentes à Secretaria, com o objetivo de reduzir os riscos de doenças e de outros agravos e de garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, social e mental, o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para sua promoção, proteção, recuperação e zelar pela conservação e preservação do meio ambiente.

Parágrafo único. - A Secretaria de Promoção Social e Saúde desenvolverá suas atividades através dos seguintes órgãos:

- I Departamento de Saúde e Meio-Ambiente;
- II Departamento de Promoção e Assistência Social

Capítulo V - Dos Órgãos de Colaboração com o Governo Federal

- **Art. 17 -** A Junta do Serviço Militar é o órgão representativo da unidade superior afim do Governo Federal e compete-lhe o atendimento aos munícipes relativo ao alistamento e à regularização do serviço militar.
- **Parágrafo único. -** A unidade orgânica de que trata este artigo rege-se por normas específicas do Governo Federal, sob a responsabilidade do Prefeito, que designará um servidor para sua execução e controle.
- **Art. 18 -** A Unidade Municipal de Cadastro é responsável pela assistência prestada aos contribuintes do Imposto Territorial Rural ITR, a cargo do INCRA e competem-lhe as atividades dispostas em convênio firmado entre a Prefeitura Municipal e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- **Parágrafo único. -** A unidade de que trata este artigo rege-se por normas específicas do Governo Federal sob a responsabilidade do Prefeito, que designará um servidor para sua execução e controle.

TÍTULO IV - DA DIREÇÃO DOS ÓRGÃOS Capítulo -

Dos Dirigentes

- Art. 19 Os órgãos componentes da Estrutura Administrativa serão dirigidos:
- I A Coordenadoria de Planejamento, por Coordenador;
- II O Gabinete, por Chefe de Gabinete;
- III A Assessoria Jurídica, por assessor Jurídico;
- IV A assessoria de Imprensa por Assessor de Imprensa;
- V As Secretarias, por Secretários Municipais;
- VI O Conselho Municipal de Saúde, por Secretário de Promoção Social e Saúde;
- **VII -** Os Departamentos, por Diretores de Departamento;
- VIII -

A Junta do Serviço Militar, por Chefe de Núcleo;

IX - A Unidade Municipal de Cadastro, por Chefe de Núcleo.

TÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

- Art. 20 Fica o Prefeito Municipal de Camapuã autorizado a:
- I instituir mecanismo de natureza transitória, no âmbito da Prefeitura, com o objetivo de solucionar problemas específicos ou necessidades emergenciais;
- II expedir o Regimento Interno, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Lei, estabelecendo o desdobramento operativo de sua estrutura administrativa, os níveis hierárquicos abaixo de Departamentos, a competência e o funcionamento de suas unidades e as atividades dos servidores nelas lotados.
- **Parágrafo único.** A organização e o funcionamento do Conselho Municipal de saúde serão disciplinados pela Secretaria de Promoção Social e Saúde, no respectivo Regimento Interno, de acordo com a legislação específica.
- **Art. 21 -** A Administração Municipal quando for o caso, promoverá a criação de órgãos colegiados que deverão ter atuação destacada na coletividade ou conhecimento específico dos problemas.
- **Art. 22 -** A Prefeitura Municipal de Camapuã terá os cargos em comissão criados por anexo único desta Lei.
- **Art. 23 -** Exceto os pertencentes ao Grupo do Magistério, ficam extintos todos os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas do Quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Camapuã, criados

anteriormente à esta Lei.

- **Art. 24 -** Ficam criadas 20 (vinte) funções gratificadas para atender o quadro de servidores do Poder Executivo.
- **Art. 25 -** Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar os cargos efetivos, os de provimento em comissão, as funções gratificadas, os empregos e funções existentes de quaisquer órgãos que se fizerem necessários para implantar as disposições desta Lei.
- **Art. 26 -** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais ao Orçamento do Município para atendimento das disposições contidas nesta Lei8, mediante o cancelamento das dotações orçamentárias consignadas aos órgãos extintos, fusionados ou incorporados, até o limite de seus respectivos saldos.
- **Art. 27 -** O Poder Executivo procederá as alterações na nomenclatura dos órgãos e Unidades Orçamentárias constantes no Orçamento Municipal, visando à adequação aos dispositivos desta Lei.
- **Art. 28 -** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas frontais ou incompatíveis com as diretrizes aqui instituídas.

CARGOS D EPROVIMENTO EM COMISSÃO
GRUPO OCUPACIONAL 1
DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS
CARGA HORÁRIA - 08:00horas

Cargos em Comissão	Símbolo	Quant.	Qualificação
Sec. Municipal	DAS-1	04	Superior
Coor. De Planejamento	DAS-1	01	Completo
Ass. Especial	DAS-1	01	ou
Chefe de Gabinete	DAS-2	01	capacidade
Ass. Jurídico	DAS-2	01	pública
Ass. De Imprensa	DAS-2	01	notória
Ass. Especial II	DAS-2	03	com
Dir. de Departamento	AS-3	06	experiência
Sup. Distrital	DAS-3	02	na
Coor. Fundo Mun. Saúde	DAS-3	01	área
Chefe de Núcleo	DAS-4	15	de
Assessor	DAS-5	05	atuação

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Prefeitura Municipal de Camapuã/MS, 04 de janeiro de 1993.

Hugo José Bomfim

Prefeito Municipal